



SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Fundado em 11/11/1988 CNPJ: 03.658.820/0001-63 Filiado à



O PRONATEC COMO EIXO PRIVATIZANTE

O programa se desenrolava dentro de um contexto marcado por ações governamentais que propiciaram a ampliação da mercantilização no ensino e ampliação de ações conservadoras.

Digo isso, pois as novas falas do ministro da educação apontam para modificações importantes que iremos abordar mais adiante.

O contexto ao qual me referia foi ampliado significativamente a partir da promulgação do PNE.

Nesse PNE um dos marcos mais significativos foi a modificação do conceito de público na conta dos 10% do PIB.

Art. 5º A execução do PNE e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizados pelas seguintes instâncias:

§ 4º O investimento público em educação a que se referem o inciso VI do art. 214 da Constituição Federal e a meta 20 do Anexo desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal e do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como os recursos aplicados nos programas de expansão da educação profissional e superior, inclusive na forma de incentivo e isenção fiscal, as bolsas de estudos concedidas no Brasil e no exterior, os subsídios concedidos em programas de financiamento estudantil e o financiamento de creches, pré-escolas e de educação especial na forma do art. 213 da Constituição Federal.

Ou seja, o direito a educação pública foi convertido em um serviço. Assegurada a gratuidade, via de regra, mas ofertada pela iniciativa privada.

Nunca é demais lembrar também que nesse PNE as questões de gênero foram retiradas, o que provocou uma verdadeira corrida conservadora também nos planos estaduais e municipais.

Voltando ao Pronatec, esse é um dos programas que dão materialidade a resignificação do conceito de público, sendo o mesmo apropriado e executado em boa medida pela iniciativa privada. Alguns números prospectados ajudam a entender:

1. Entre 2011 e 2014 2.362.699 de vagas foram oferecidas no ensino técnico (elevação de escolaridade) dessas apenas 343.080 foram ofertadas na Rede Federal, ou seja 14%.
2. A maioria das matrículas (Bolsa formação estudante mais Acordo Sistema "S" mais Brasil Profissionalizado) 1.345.619 estão na iniciativa privada.
3. Nesse mesmo período 5.582.076 de vagas foram ofertadas nos cursos de formação inicial e continuada (sem elevação de escolaridade), sendo que a ampla maioria foi ofertada no Sistema S (3.000.000) e o resto das vagas ofertadas no bolsa formação trabalhador, que é assim descrito no site do Pronatec:



SCS, Qd 2, Ent 22, Bl C, Ed Serra Dourada, Sis 109/110 - CEP: 70300-902 - Brasília-DF
Fone: (61) 2192-4050 - Fax: (61) 2192-4095 - e-mail: dn@sinasefe.org.br
website: www.sinasefe.org.br



SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Fundado em 11/11/1988 CNPJ: 03.658.820/0001-63 Filiado à



Bolsa-Formação oferece vagas gratuitas de Educação Profissional e Tecnológica. Há duas modalidades: a Bolsa-Formação Trabalhador, que oferece cursos de qualificação profissional (cursos de curta duração, com 160 horas-aula ou mais) para beneficiários do seguro-desemprego e dos programas de inclusão produtiva do Governo Federal; e a Bolsa-Formação Estudante, que oferece cursos técnicos (de maior duração, pelo menos 800 horas-aula), concomitantes ou subsequentes.

Isso fez com que o SINASEFE promulgasse uma carta de repúdio ao Pronatec que convido todos a leitura. Nessa carta dentre outras coisas apontamos o nosso repúdio ao referido programa pois:

- Foi gestado sem debate com os movimentos sociais e comunidade acadêmica;
- Não promove elevação de escolaridade;
- Favorece a mercantilização do ensino público com uma brutal transferência de recursos públicos para a iniciativa privada.

Nesse item destaco algumas falas do grupo Kroton, maior aglomerado privado de educação do mundo.

Rodrigo Galindo, afirmou que a companhia aderiu ao Pronatec, Programa do governo federal. Galindo informou que a empresa tem uma unidade de negócios atuando no ensino técnico e que acredita que há oportunidades de crescimento no ramo: "Estamos entrando fortemente nessa indústria, num jogo que a gente sabe jogar", concluiu.

Cursos técnicos

“Tem como objetivo capacitar o participante para atuar no setor produtivo, com um ensino focado e rápido. Seu diferencial está nos conhecimentos práticos, ao apresentar métodos e experiências do cotidiano empresarial. O curso técnico é focado na empregabilidade. O participante tem acesso imediato ao mercado de trabalho.” (KROTON, webpage)

“No total, a Kroton recebeu a autorização para preencher 22.992 vagas, sendo 13.464 para o período matutino, 6.760 para o período vespertino e 2.768 para o período noturno, as quais serão oferecidas por meio de 41 diferentes cursos e em 30 Instituições de Ensino. Cabe lembrar, também, que essas vagas são referentes à modalidade Bolsa Formação, a qual oferece bolsas de estudos totalmente subsidiadas pelo Governo Federal. As vagas aqui anunciadas terão suas aulas iniciadas já neste primeiro semestre de 2014.” (KROTON, webpage, 26/02/2014)

A nota de repúdio segue apontando ainda o caráter aligeirado da formação o seu caráter eleitoreiro, amplamente confirmado, a falta de análise sobre os egressos e a falta de controle sobre os recursos aportados na iniciativa privada.



SCS, Qd 2, Ent 22, Bl C, Ed Serra Dourada, Sis 109/110 - CEP: 70300-902 - Brasília-DF
Fone: (61) 2192-4050 - Fax: (61) 2192-4095 - e-mail: dn@sinasefe.org.br
website: www.sinasefe.org.br



SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Fundado em 11/11/1988 CNPJ: 03.658.820/0001-63 Filiado à



Para finalizar gostaria de retornar as eventuais mudanças que podem estar sendo gestadas agora no ministério da educação dando destaque a fala do ministro Mercadante.

Na ofensiva contra a tentativa de mordida oficial do Tesouro em 30% dos repasses para o bilionário Sistema S, os presidentes das principais entidades – entre eles Confederação Nacional da Indústria, Confederação Nacional do Comércio, Senai, SESC – se reuniram na terça-feira com o chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante, e ofereceram um acordo para evitar o desconto.

A retenção dos repasses da União para o Sistema S foi proposta pela Fazenda dentro do pacote de ajuste fiscal da presidente.

Os dirigentes indicaram que as entidades podem bancar os cursos e toda a estrutura dos Institutos Federais de Ensino e ajudar o Governo a construir as creches em parcerias com prefeituras.

Mercadante levou a proposta à presidente Dilma, que dará resposta após a reforma ministerial. A oferta é bem vista.

Ronaldo Nascimento Naziazeno
Secretário-adjunto de Políticas Educacionais e Culturais
do SINASEFE NACIONAL



SCS, Qd 2, Ent 22, Bl C, Ed Serra Dourada, Sls 109/110 - CEP: 70300-902 - Brasília-DF
Fone: (61) 2192-4050 - Fax: (61) 2192-4095 - e-mail: dn@sinasefe.org.br
website: www.sinasefe.org.br